

## ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DE USUÁRIOS DEPENDENTES QUÍMICOS

Iule Eulálio dos Santos<sup>1</sup>, Nilo Miguel Rocha Rigueiro<sup>1</sup>, Rafaela Gonçalves Gonwenger<sup>1</sup>, Andréia Salvador Baptista<sup>2</sup>, Caroline Ribeiro Louro<sup>2</sup>, Igor Gomes Albuquerque<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduandos do Curso de Enfermagem da Faculdade de Peruíbe – Peruíbe/SP

<sup>2</sup>Docentes da Faculdade de Peruíbe – Peruíbe/SP

### RESUMO

**Introdução:** Devido ao aumento do número de dependentes químicos no Brasil, o estudo desenvolvido teve como. **Objetivo:** Verificar modelos de tratamentos que possam ser utilizados pelos profissionais de enfermagem na atenção aos dependentes químicos. **Método:** O estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica de natureza descritiva, realizada nos meses de março a setembro de 2020. As bases de dados foram Lilacs, Scielo, Bvsalud, revistas online de diversas faculdades do território brasileiro e sites governamentais, considerando o período dos últimos oito anos e escolhidos por apresentarem bases históricas conceituais para o tema desta pesquisa. **Discussão dos resultados:** Este trabalho identificou dois principais modelos para o tratamento do usuário dependente químico: o modelo Transteórico de Mudança de Comportamento, que descreve sobre a força de vontade como o principal meio para a transformação do indivíduo; e o modelo da Psicoterapia Analítico Funcional, que ressalta a relação terapêutica entre o profissional e o paciente e os comportamentos do indivíduo observados pelo profissional durante a escuta ativa do paciente. Ambos visam a escuta, respeito e compreensão do indivíduo, para que sejam criados diagnósticos e intervenções de enfermagem focados na singularidade do paciente. **Considerações finais:** Foi possível identificar, em especial, dois modelos que o enfermeiro e sua equipe podem utilizar na assistência de enfermagem durante o tratamento de dependentes químicos, mostrando que as ações de enfermagem podem e devem ser focadas nas reais necessidades dos usuários, despreendendo-se do modelo fragmentado, dualista, padronizado e hospitalocêntrico.

Palavras-Chave: Usuários de Drogas. Ciências Biocomportamentais. Cuidados de enfermagem. Humanização da assistência. Saúde Mental.

### ABSTRACT

**Introduction:** Due to the increase in the number of drug addicts in Brazil, the developed study had as. **Objective:** To verify models of treatments that can be used by nursing professionals in the care of drug addicts. **Method:** The study was developed through a bibliographic review of a descriptive nature, carried out from March to September 2020. The databases were Lilacs, Scielo, Bvsalud, online magazines from several colleges in the Brazilian territory and government websites, considering the period of the last eight

years and chosen for presenting historical conceptual bases for the theme of this research. **Discussion of the results:** This work identified two main models for the treatment of the chemical dependent user: the Transtheoretic Behavior Change model, which describes willpower as the main means for the transformation of the individual; and the Functional Analytical Psychotherapy model, which highlights the therapeutic relationship between the professional and the patient and the individual's behaviors observed by the professional during the patient's active listening. Both aim at listening, respecting and understanding the individual, so that nursing diagnoses and interventions are created focused on the patient's uniqueness. **Conclusion:** It was possible to identify, in particular, two models that the nurse and his team can use in nursing care during the treatment of drug addicts, showing that nursing actions can and should be focused on the real needs of users, detaching themselves from fragmented, dualistic, standardized and hospital-centered model.

Keywords: Drug users. Biological Behavioral Sciences. Nursing care. Humanization in assistance. Mental health.

## INTRODUÇÃO

O uso de substâncias lícitas e ilícitas estão inseridas nos mais diversos contextos (social, econômico, medicinal e religioso), desde os primórdios da humanidade. (TRINDADE, 2018).

Na sociedade atual, o consumo abusivo de drogas tem se tornado motivo de grandes preocupações, devido ao risco para o desenvolvimento de um consumo excessivo ou dependência, o que gera malefícios para o indivíduo e para população, exigindo também alocação de recursos extraordinários por parte dos órgãos públicos. (TRINDADE, 2018).

Para exemplificar o grande problema do uso de drogas, de acordo com os dados do governo federal, entre 2000 e 2015, houve um crescimento de 60% no número de mortes causadas diretamente pelo uso de drogas. Tal condição extrapola as questões individuais e se constitui como um grave problema de saúde pública, com reflexos nos diversos segmentos da sociedade. (BRASIL, 2019).

Os serviços de segurança pública, educação, saúde, sistema de justiça, assistência social, dentre outros, e os espaços familiares e sociais são repetidamente afetados, direta ou indiretamente, pelos reflexos e pelas consequências do uso das drogas. (BRASIL, 2019).

A dependência química constitui um grave problema de saúde pública. Assim, deve envolver diferentes áreas de atuação para prestar uma assistência de qualidade ao usuário químico, pois a droga tem a capacidade de modificar a função biológica do organismo, resultando em mudanças fisiológicas e comportamentais. (SILVIA, 2016).

Ela afeta crianças, adolescentes, homens e mulheres de qualquer classe social, sem distinção de sexo, credo ou cor. (ALVAREZ, 2014).

O número crescente de usuários faz com que o uso de drogas se torne banalizado, como se fosse uma situação comum e cotidiana. Nesse sentido, modificar o comportamento através de uma droga virou algo habitual e corriqueiro em muitas realidades brasileiras. (ALVAREZ, 2014).

Neste seguimento, definimos droga como qualquer substância não produzida pelo organismo humano que tem potencial de atuar sobre um ou mais sistemas, produzindo alterações durante seu funcionamento. Essas alterações, fisiológicas ou comportamentais, ocasionadas pelo uso destas substâncias podem acarretar vários danos à saúde humana, tais como: dependência, síndrome de abstinência, demência, psicoses e distúrbios do humor. (FARIAS, 2017).

Os resultados de uma pesquisa realizada em 2015, em todo o Brasil, revelam que 3,2% dos brasileiros usaram substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que equivale a 4,9 milhões de pessoas. Esse percentual é muito maior entre os homens: 5% (entre as mulheres fica em 1,5%) e também entre os jovens: 7,4% das pessoas entre 18 e 24 anos haviam consumido drogas ilegais no ano anterior à entrevista. (FIOCRUZ, 2017).

A substância ilícita mais consumida no Brasil é a maconha: 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos já a usaram ao menos uma vez na vida. Em segundo lugar, fica a cocaína em pó: 3,1% já consumiram a substância. Em relação ao crack, 0,9% da população de pesquisa relata ter feito uso alguma vez na vida, com um diferencial pronunciado entre homens (1,4%) e mulheres (0,4%). (FIOCRUZ, 2017).

O relatório da pesquisa destaca, porém, que esses resultados devem ser observados com cautela, uma vez que o inquérito domiciliar não é capaz de captar as pessoas que são usuárias e não se encontram regularmente domiciliadas ou estão em situações especiais, como por exemplo, vivendo em abrigos ou em presídios. (FIOCRUZ, 2017).

No que tange ao uso de drogas lícitas, em nível mundial, o uso de tabaco é considerado um dos fatores mais determinantes na carga global de doenças. Com seu uso muito vinculado às questões culturais, além dos prejuízos ao usuário, o tabaco acarreta complicações àqueles expostos à sua fumaça, denominados fumantes passivos. (BRASIL, 2019).

No Brasil, estimou-se que cerca de 26,4 milhões de brasileiros de 12 a 65 anos tenham consumido algum produto de tabaco nos 12 meses anteriores à pesquisa. Isso corresponde a 17,3% desse grupo populacional. (FIOCRUZ, 2017).

Em relação ao álcool, outra droga lícita, a prevalência do uso de bebidas alcoólica nos últimos 30 dias, na população brasileira, foi de 30,1%, o que representa aproximadamente 46 milhões de habitantes. (BRASIL, 2019).

Esses dados são ainda mais preocupantes no público feminino, segundo o Relatório Global sobre álcool e saúde 2018, da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que 1,6% das brasileiras apresentem algum transtorno relacionado ao uso de álcool (abuso ou dependência). (SÃO PAULO 2019).

Nos indivíduos jovens, as possibilidades de se tornarem usuários dependentes ao longo da vida estão associadas com a idade em que ele começa a ingerir bebida alcoólica e outras drogas. O consumo antes dos 16 anos aumenta significativamente o risco de beber em excesso na idade adulta. “O adolescente está em uma idade em que parte do cérebro ainda está se formando e que o comportamento impulsivo é muito grande”. Também estão mais propensos ao uso precoce os jovens que pertencem a famílias que utilizam álcool e outras drogas com frequência, por estarem mais expostos a essas substâncias, e devido à hereditariedade, visto que diversos fatores genéticos já estão comprovados como parte da etiologia dos transtornos por uso de álcool e outras drogas. (CHAIM, 2017).

O abuso ou uso nocivo de drogas pode gerar danos significativos à saúde, envolvendo complicações físicas, mentais e sociais, sendo necessária identificação das práticas de cuidado que a equipe multidisciplinar oferece para o tratamento de álcool e outras drogas. Conhecer o itinerário terapêutico, os elementos que a equipe multidisciplinar oferece para o tratamento desses usuários, as estratégias de autocuidado que a gestão desenvolve para a prevenção do consumo de álcool e outras drogas são importantes para um bom planejamento e avaliação de ações de promoção e prevenção aos fatores de risco, visando o conhecimento do usuário em tratamento, facilitando a construção e implementação de ações de políticas públicas no combate ao uso abusivo de álcool e outras drogas. (ROLIM, 2018).

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a dependência química caracteriza-se pela presença de um agrupamento de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos, indicando que o indivíduo continua utilizando uma substância, apesar de problemas significativos relacionados a ela. O indivíduo dependente prioriza o uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações. (SOUSA, 2013).

Historicamente, a atenção aos transtornos mentais e à dependência de drogas no país possuía apenas os hospitais psiquiátricos como modelo de tratamento, cujas características eram asilares e higienistas, desconsiderando o sujeito enquanto pessoa. (RODRIGUES, 2019).

O atendimento passou por modificações, principalmente a partir da lei da Reforma Psiquiátrica, lei 10.216, de 2001, que categoriza três tipos de internações: a internação voluntária, que se dá pelo consentimento do usuário; involuntária, gerada sem o consentimento do usuário, mas com solicitação de terceiro e a internação compulsória, determinada pela Justiça. (BRASIL, 2001).

A Política para Atenção Integral ao Uso de Álcool e outras Drogas, também surgiu no Brasil como uma tentativa de subsidiar a construção coletiva de enfrentamento do problema do uso abusivo de álcool

e outras drogas. Seus objetivos visam proporcionar tratamento na atenção primária, garantindo o acesso a medicamentos; fornecer educação em saúde para a população; envolver comunidades/família/usuários no enfrentamento ao uso de drogas; formar recursos humanos; criar vínculos com outros setores; monitorar a saúde mental na comunidade; dar mais apoio às pesquisas e estabelecer programas específicos aos usuários de drogas. (VASCONCELOS, 2018).

Partindo desta explanação, este trabalho levanta o seguinte questionamento: Quais modelos de tratamento podem ser utilizados, pela equipe de enfermagem na atenção aos usuários dependentes químicos?

Com base neste questionamento, este trabalho busca subsídios dentro da saúde mental, humanização, educação em saúde, entre outros, observar, por meio de revisão de caráter bibliográfico, quais os possíveis modelos de tratamentos que a enfermagem pode utilizar para usuários dependentes químicos, visando uma assistência mais humanizada e empática.

## **OBJETIVO**

Verificar modelos de tratamentos que possam ser utilizados pelos profissionais de enfermagem na atenção aos dependentes químicos.

## **MÉTODO**

O estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica de natureza descritiva, realizada nos meses de março a setembro de 2020. As bases de dados foram Lilacs, Scielo, Bvsalud, revistas online de diversas faculdades do território brasileiro e sites governamentais, considerando o período dos últimos oito anos; uma lei de 2001; dois artigos dos anos noventa, por apresentarem bases históricas conceituais e de grande relevância para o tema desta pesquisa. Foram encontrados 86 artigos e 21 foram os escolhidos por apresentarem relação com o objetivo do trabalho. Foram utilizados os descritores: Usuários de Drogas. Ciências Biocomportamentais. Cuidados de enfermagem. Humanização da assistência. Saúde Mental.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Em um passado não muito distante, a valorização dos aspectos negativos da dependência química juntamente com a ideia construída no imaginário social é que todos estão envolvidos com o tráfico, com a criminalidade e que a interrupção do uso está relacionada à força de vontade dos usuários, ajuda a se

construir um preconceito e um estigma em relação aos dependentes químicos. Por esse motivo os dependentes químicos são marginalizados, negligenciados e marginalizados enquanto cidadãos, o que reforça abordagens excludentes e de violência, entre outras. (BARD, 2016).

Hoje em dia, o Ministério da Saúde, ao criar a política de Atenção Integral para Usuários de Álcool e outras Drogas como um investimento na atenção psicossocial e comunitária, vem tentando separar os dependentes químicos dos marginalizados (bandidos), com a descriminalização da dependência química. (ALVAREZ, 2014).

Outro plano é utilizar-se de ações que aumente o contato dos dependentes químicos ao tratamento, e vem mudar a concepção da utilização de narcótico e a atitude antissocial, por meio da diminuição de males e da reinserção social. (ALVAREZ, 2014).

## Tratamentos

O consumo de drogas legalizadas ou não legalizadas é considerado uma doença de início multifatorial, requerendo abordagem de múltiplas áreas, como a área da saúde, segurança, educação e jurídica. (ALVAREZ, 2014).

A Política de Atenção Integral para Usuários de Álcool e outras Drogas ressalta a importância de criar e incorporar medidas para receber quem precisa desse tipo de acompanhamento utilizando-se do Sistema Único de Saúde, reduzindo o atendimento em hospitais e trazendo várias modalidades para o atendimento ao usuário. (ALVAREZ, 2014).

As políticas públicas preveem a prática da redução de danos e reinserção do paciente na sociedade, porém, em alguns casos, há divergências entre o que está prescrito nos documentos governamentais, que deveriam nortear as práticas, e as práticas que, de fato, são adotadas nas instituições responsáveis pelo tratamento. (SCHIMITH, 2019).

Algumas instituições objetivam a abstinência total, o que vai na contramão com propósito geral da maioria dos pacientes, que, em muitos casos, querem apenas reduzir o consumo. Além disso, as instituições também apresentam dificuldade em efetivar um tratamento que considere as particularidades de cada caso. (SCHIMITH, 2019).

Além de dissonante das políticas públicas, esse modo de enfrentar o tratamento pode gerar certa frustração, uma vez que os índices de recaída são elevados, o que pode levar à manutenção do ciclo do consumo. (SCHIMITH, 2019).

Os tipos de tratamentos precisam de modelos de ações que tenham várias técnicas de análise do problema, ponderando componentes biológicos e psicossociais e, mesmo assim, podem ocorrer alguns

desafios como o pouco interesse e a falta de estímulos motivacionais para o tratamento por parte dos usuários, o que aumentam as rotineiras recaídas. (SOUSA, 2013).

É algo comum na literatura global o grande número de recaídas dos usuários, não importando o meio e nem o número de terapêuticas a que os usuários se sujeitam no decorrer de suas trajetórias. Por isso, a motivação se revela como algo a se dar importância para a aceitação da terapêutica um fator de relevância em relação à adesão ao tratamento. (SOUSA, 2013).

O tratamento da dependência química é muito complexo, e seu sucesso e efetividade estão intimamente ligados ao grau de motivação do indivíduo. Os sintomas da dependência não diferem em grande escala de pessoa para pessoa, mas a motivação para a mudança se apresenta de uma determinada forma para cada um, sendo assim, variável. (FONTES, 2014).

O tratamento mais indicado será discutido junto com o dependente, sua família e a equipe multidisciplinar, após uma avaliação do quadro do paciente. A internação é parte do tratamento, e não uma única estratégia. Ela é utilizada com o objetivo de desintoxicar o indivíduo, e não implica na cura da dependência química. Além disso, a internação é necessária quando o dependente apresenta sintomas de abstinência muito intensos, ou quando quadros psiquiátricos são desencadeados pelo uso excessivo de drogas. (FONTES, 2014).

Após o período de internação (quando necessária), o acompanhamento continuado é a estratégia mais indicada nos quadros de dependência química. Dessa forma, o tratamento multidisciplinar permitirá ao indivíduo lidar com os sintomas de abstinência, que poderão estar mais amenos. (FONTES, 2014).

Para que um tratamento seja possível, o dependente químico precisa ter a consciência de que é portador de uma doença crônica e, por conseguinte, da necessidade do tratamento. Por outro lado, existe a dificuldade de responsabilizar moralmente o dependente químico por seus atos cometidos sob a influência de substância psicoativa, uma vez que ele é portador de uma doença crônica. Ao definir uma patologia, a responsabilidade pode ser deslocada exclusivamente para o indivíduo, sem que sejam consideradas questões sociais e culturais. (SCHIMITH, 2019).

O tratamento psicológico é outro aliado para auxiliar pacientes dependentes químicos, visando mostrar que o próprio indivíduo possui em si mesmo meios de enfrentamento de situações desconfortáveis sem a utilização de drogas. (FONTES, 2014).

Um estudo voltado para o entendimento da força de vontade como parte do tratamento é o meio Transteórico de Mudança de Comportamento, publicado por James Prochaska. Esse modelo diz que a força de vontade é o principal meio para a transformação na qual o adicto passa por quatro momentos determinado: Pré-contemplação, Contemplação, Ação e Manutenção. (PROCHASKA, 1992).

O primeiro momento, Pré-contemplação, é quando não se tem vontade de mudar, muito menos aceitar crítica no que diz respeito ao conflito envolvendo o comportamento-problema. É como se o usuário usasse a negação como válvula defensiva, e com isso a raiz do problema inteiramente recusada. (SOUSA, 2013).

A Contemplação é quando o usuário demonstra a conscientização de que se tem um problema, mas toda via existe uma ambivalência quanto à idéia de transformação. (SOUSA, 2013).

No estágio da Ação o usuário começa de maneira visível a transformar seu comportamento-problema, decidindo por um método para conseguir fazer esta transformação, tomando decisões com esse propósito. Há bastante entrega e energia própria e as transformações que acontecem neste estágio são mais fáceis de ver, do que as ocorridas nos demais estágios. (SOUSA, 2013).

Por último, a Manutenção, que é caracterizada por ser o maior desafio no processo de transformação. A consolidação do comportamento que gerou a mudança é o legado desse estágio. (SOUSA, 2013).

Faz-se necessário do indivíduo vigilância e empenho constantes, dia após dia, com intuito de garantir que todos os benefícios obtidos sejam mantidos e para evitar possíveis recaídas. A transformação não é somente a ação, se não houver uma grande vontade no estágio de manutenção, o adicto estará sujeito a ter recaídas, essas, muitas vezes observadas nos dois primeiros estágios (pré-contemplação e contemplação). (SOUSA, 2013).

Outro modelo de intervenção é a da Psicoterapia Analítico Funcional (FAP), desenvolvida por Kohlenberg e Tsai no início dos anos 90, que faz uso dos princípios metodológicos do Behaviorismo Radical, atuando no contexto clínico com maior ênfase na relação terapêutica e nos comportamentos que ocorrem no *setting* terapêutico, que é o espaço na qual a relação entre paciente e terapeuta acontece. (KOHLENBERG, 1994; SOUZA, 2018).

Neste processo, as relações estabelecidas entre o terapeuta e o cliente são variáveis determinantes para a detecção dos comportamentos, problemas e a promoção de sua possível mudança, cabendo destacar que a relação terapêutica é vista como um instrumento de mudança comportamental. (KOHLENBERG, 1994; SOUZA, 2018).

A FAP preconiza que o terapeuta conduza uma relação genuína e sensível estabelecendo uma audiência não punitiva. Assim, o comportamento até então reprimido pode acabar por surgir durante a sessão, então as respostas e reações emitidas pelo terapeuta irão assumir um papel fundamental na manutenção e amplificação da exposição deste repertório por parte do indivíduo. (SOUZA, 2018).

Sendo assim, o indivíduo, ao expor seus problemas e sentimentos no *setting* terapêutico, estaria emitindo comportamentos altamente vulneráveis à punição em suas relações interpessoais, nos quais sua

relação com o terapeuta e as reações e respostas dele se mostram de fundamental importância para manutenção de seu processo terapêutico e modelagem de determinados comportamentos contingentes aos objetivos terapêuticos durante o processo psicoterápico. (SOUZA, 2018).

Tem-se como possíveis consequências dessa relação a generalização de comportamentos e mudanças salutaras e a redução ou desaparecimento de alguns fatores como sentimento de culpa, angústia, rigidez, entre outros. (SOUZA, 2018).

Ao se falar sobre o uso de substâncias psicoativas em *setting* terapêutico, pode-se emitir e controlar reações emocionais tanto do terapeuta quanto do paciente, promovendo ressignificações salutaras relacionadas ao uso. Atua-se assim direta e indiretamente em aspectos compreendidos como reforçadores para a busca e utilização de substâncias. (SOUZA, 2018).

### **Equipe de enfermagem e o tratamento de dependentes químicos**

A execução da prática assistencial é de extrema importância para a pessoa com dependência química, que se encontra às margens da população, onde o preconceito pode acabar atrapalhando, de alguma forma, no ato de cuidar. (SILVIA, 2016).

Faz-se necessário que a enfermagem amplifique seu olhar e trabalho na área da saúde mental, principalmente nas questões relacionadas a usuários de substâncias químicas, que têm se mostrado uma situação de saúde pública de difícil trato. (SILVIA, 2016).

O enfermeiro pode prestar o cuidado ao usuário de drogas pautado nas necessidades do paciente, pois a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), através do Processo de Enfermagem favorece assistir o paciente de acordo com seu perfil e não somente no modelo biomédico. (SILVIA, 2016).

A qualificação e busca de aprimoramento contínuo para melhor atender o adicto se tornam necessárias, aumentando assim, as ações a serem tomadas para promoção da saúde e garantindo o tratamento dos dependentes químicos, assim como a integração à equipe multiprofissional e auxílio, por parte do profissional de enfermagem, na contenção dos elementos predisponentes ao início da utilização de substâncias psicoativa. (ALVAREZ, 2014).

É ideal que o enfermeiro planeje métodos educativos voltados para a prevenção do uso de substâncias psicoativa e informações sobre os efeitos colaterais dessas substâncias no corpo e na mente do usuário, com a intenção de causar análises que gerem transformações no comportamento, autocontrole e profilaxia das recaídas, fundamental para uma vida melhor. (ALVAREZ, 2014).

Durante o tratamento a equipe de enfermagem deve ouvir as queixas dos pacientes e os encorajar a continuar o tratamento, observando se os medicamentos prescritos estão sendo administrado

corretamente, estimulando a socialização, proporcionando atividades que estimulem o potencial positivo do paciente e o autocuidado. (GOUVEA, 2012).

A enfermagem deve estar ciente de que os indivíduos que apresentam problemas de uso abusivo de substâncias também tendem a desenvolver múltiplos problemas físicos. O plano completo de cuidados de enfermagem incluiria o diagnóstico de todas as necessidades de cuidados de enfermagem ao usuário. (GOUVEA, 2012).

Após o tratamento a enfermagem deve orientar a família e o paciente sobre o controle ambulatorial doando informações e apoio para que adote condutas práticas que promovam a saúde mental e reduza a ansiedade da abstinência da dependência química. (GOUVEA, 2012).

É necessário considerar o dependente químico não como tal, mas, sim, como um ser humano. Ele, mesmo que esteja sucumbido à sua dependência, perdendo o controle de sua liberdade e autonomia, é passível de compreender que sua condição é deplorável e, assim, querer e/ou decidir mudá-la. (SANTOS, 2015).

Por conservar sua potência enquanto ser, pode, sem dúvida, transformar sua condição problemática em um projeto cujo objetivo visa principalmente à ressignificação de seus valores. “Desse modo, descobrindo o significado da sua história pessoal”. (SANTOS, 2015).

Embora seja um ser confuso, podendo se apresentar sozinho e ferido, externa e internamente, é passível de manifestar suas qualidades e de ter consciência. Enfim, um ser susceptível à renascença, à reorganização de sua vida, logo, à re aquisição de sua autonomia e de sua liberdade. (SANTOS, 2015).

Para contribuir na assistência de enfermagem ao dependente químico, o profissional de enfermagem deve estabelecer estratégias que favoreçam o serviço de assistência ao dependente químico, promover iniciativas no âmbito comunitário, bem como na assistência direta ao indivíduo e a sua família. (SILVIA, 2016).

Destaca-se ainda, a necessidade de um trabalho interdisciplinar e inclusão da família, como instrumento principal, para a transformação do modelo hospitalocêntrico e criação de relações horizontais, percebendo que a assistência ao ser humano implica considerar as diferentes dimensões que o compõem. (SILVIA, 2016).

Os enfermeiros desempenham um papel chave no processo de transformação social, tendo participação ativa na implantação de projetos e programas voltados para a educação, promoção da saúde e prevenção da doença. Profissional este, que tem um vínculo significativo com os clientes dos serviços, abrindo assim a oportunidade de desempenhar ações mais resolutivas aos problemas relacionados ao uso de drogas. (FARIAS, 2017).

No entanto, para se existir uma abordagem qualificada frente a esta questão é necessário ressaltar a importância da construção de trabalhos e de iniciativas com enfoque na prevenção do consumo em determinados grupos, nas representações sociais e nos meios de abordagens metodológicas assistenciais, para que exista uma qualificação do profissional para atuar de maneira efetiva no campo da drogadição. (FARIAS, 2017).

A prática profissional perpassa pelo campo do conhecimento e da subjetividade refletindo crenças, experiências, valores, ideologias e sentimentos sobre os fenômenos vivenciados. No que diz respeito ao fenômeno das drogas, torna-se fundamental a identificação dos princípios que norteiam as concepções dos enfermeiros, permitindo a análise e compreensão de sua atuação diante do problema. (GOUVEA, 2012).

Nesse sentido, cabe notar que enfermeiros são profissionais com amplas possibilidades de acesso aos indivíduos envolvidos com o fenômeno das drogas em todas as fases do problema, o que caracteriza a importância de inclusão destes nas estratégias de enfrentamento do uso/abuso de drogas. (GOUVEA, 2012).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar o ponto de encontro entre os conteúdos da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar, em especial, dois modelos que o enfermeiro e sua equipe podem utilizar na assistência de enfermagem durante o tratamento de dependentes químicos; o modelo Transteórico de Mudança de Comportamento e modelo de Psicoterapia Analítico Funcional.

Os dois modelos mostram que há outras possibilidades de assistência no tratamento de dependentes químicos, apresentando a necessidade de ampliação do conhecimento sobre as várias formas do cuidar, sendo fundamental para uma assistência mais humanizada e singular.

Percebeu-se que, além das novas possibilidades de assistência, os profissionais de enfermagem também precisam escutar, respeitar e tentar compreender cada indivíduo na sua singularidade, para que sejam criados diagnósticos e intervenções focados nas reais necessidades dos usuários, desprendendo-se do modelo fragmentado, dualista, padronizado e hospitalocêntrico.

O usuário também faz parte da criação do plano de cuidados, lembrando que, o dependente químico precisa estar preparado e com vontade própria de mudança.

Enfermeiro e sua equipe devem estar atentos para orientar o paciente de maneira clara e objetiva, fornecendo subsídios, junto à equipe multiprofissional e à Rede de Atenção à Saúde, para que ele seja reinserido na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Simone Quadros; GOMES, Giovana Calcagno; XAVIER, Daiani Modernel, et al. Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família. *Rev. enfermagem UFPE, Recife*, v.8, n.3, p. 641-648, mar., 2014.

BARD, Nathália Duarte; ANTUNES, Beatriz; ROOS, Cristiane Moraes; OLSCHOWSKY, Agnes; PINHO, Leandro Barbosa. Estigma e preconceito: vivência dos usuários de crack. *Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto*, v. 24, n. 2680, mar., 2016.

BRASIL, 2001. LEI 10.216 (2001). Fixação, normas, direitos, assistência médica, tratamento médico, assistência psiquiátrica, internamento, paciente, doença mental, deficiente mental, excepcional. Responsabilidade, estado, desenvolvimento, política, saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/LEIS\\_2001/L10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm). Acesso em 10/03/2020, 23:00.

BRASIL, 2019. Decreto Nº 9.761 (2019). Política Nacional sobre Drogas. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137357/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-761-de-11-de-abril-de-2019-71137316](http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137357/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-761-de-11-de-abril-de-2019-71137316). Acesso em 01/03/2020, 15:00.

CHAIM, Carolina Hanna de Aquino; RENNEN, Cristiana. Prevenção de problemas por uso de álcool e drogas deve começar na infância. (2017). Disponível em: <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/sua-saude/Paginas/prevencao-contra-uso-alcool-drogas-deve-comecar-infancia.aspx>. Acesso em 03/03/2020, 14:30.

FARIAS, Lívia Maria da Silva; AZEVEDO, Ana Karina; SILVA, Nadjara Marciele do Nascimento; Lima, Jéssica de Medeiros, et. al. O enfermeiro e a assistência a usuários de drogas em serviços de atenção básica. *Rev. Enfermagem UFPE, Recife*, v. 11, n. 7, p. 2871-2880, jul., 2017.

FIOCRUZ, 2017. Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Terceiro Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Disponível em: [www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34614/1/III%20LNUD\\_PORTUGU%c3%8aS.pdf](http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34614/1/III%20LNUD_PORTUGU%c3%8aS.pdf). Acesso em 03/03/2020, 08:00.

FONTES, Maria Alice. O que é a Dependência Química? Tipos de drogas, efeitos e tratamentos. (2014). Disponível em: [http://www.cemp.com.br/arquivos/98752\\_66.pdf](http://www.cemp.com.br/arquivos/98752_66.pdf). Acesso em 07/07/2020, 12:00.

GOUVEA, Manoel Freitas; SILVA, Gustavo Henrique Gomes Arcanjo; LIMA, Cláudio Vieira de. Atuação da enfermagem no tratamento do dependente químico de cocaína e crack. (2012). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/230556405.pdf>. Acesso em 06/07/2020, 18:00.

KOHLBERG, Robert J.; TSAI, Mavis. Psicoterapia analítica funcional: uma abordagem comportamental radical para tratamento e integração. Journal of Psychotherapy Integration, v. 4, n. 3, p. 175-201, set., 1994.

PROCHASKA, James O.; DICLEMENTE Carlo C.; NORCROSS John C. Em busca de como as pessoas mudam: aplicações para comportamentos viciantes. Am Psychol. v.47, n. 9, p. 1102–1114, set., 1992.

RODRIGUES, Thamires Fernandes Cardoso da Silva; OLIVEIRA, Rosana Rosseto; DECESARO, Maria das Neves; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas. Aumento das internações por uso de drogas de abuso: destaque para mulheres e idosos. (2019). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852019000200073](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852019000200073). Acesso em 22 de março de 2020, 09:00.

ROLIM, Nubia Daniela de Oliveira. Reincidência em álcool e outras drogas – O olhar da equipe técnica do centro de atenção psicossocial. (2018). Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14843/TCCE\\_GOPS\\_EaD\\_2018\\_ROLIM\\_NUBIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14843/TCCE_GOPS_EaD_2018_ROLIM_NUBIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 31 de março de 2020, 13:00.

SANTOS, Jonathas Rafael dos. Um Breve Estudo da Dependência Química: Ilustrações com o Filme “Trainspotting – Sem Limites”. (2015). Disponível em <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-saude/um-breve-estudo-da-dependencia-quimica-ilustracoes-com-o-filme-trainspotting-sem-limites>. Acesso em 23 de junho de 2020.

SÃO PAULO, 2019. Relatório da OMS indica padrão de consumo de álcool pelas mulheres. Portal do governo do estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/relatorio-da-oms-indica-padrao-de-consumo-de-alcool-pela-mulheres>. Acesso em 31 de março de 2020, 15:00.

SCHIMITH, Polyana Barbosa; MURTA, Geraldo Alberto Viana; QUEIROZ, Sávio Silveira de. A abordagem dos termos dependência química toxicomania e drogadição no campo da Psicologia brasileira. (2019) Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642019000100205](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642019000100205). Acesso em 31 de março de 2020, 15:00.

SILVA, Lucilene Maria da; SOUSA, Maria Herlândia de; OLIVEIRA, Suaria Soares de; Magalhães, Juliana Macêdo, et. al. Assistência de Enfermagem ao Dependente Químico: Uma Revisão Integrativa. Rev. Saúde em Foco, Teresina, v.3, n.2, art.4, p. 46-61, jul./dez., 2016.

SOUSA, Patrícia Fonseca; RIBEIRO, Laís Claudino Moreira; MELO, Juliana Rízia Félix de; MACIEL, Silvana Carneiro; OLIVEIRA, Marcelo Xavier. Dependentes químicos em tratamento: um estudo sobre a motivação para mudança. (2013). Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000100018](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100018). Acesso em 28 de março de 2020, 12:00.

SOUZA, Lucas Santos de; AQUINO, Yasmin Santos de; OLIVEIRA, Aquicélio Antonio Junior, et. al. Possíveis contribuições da análise do comportamento para a compreensão da dependência química. Cad. da Esc. de Saúde, Curitiba, v.18 n.2, p. 93-108., 2018.

TRINDADE, Bianca Pereira de Assis; DINIZ, Alessandra Vieira; REIS, Antonio Sá- Júnior. Uso De Drogas Entre Estudantes Universitários. Revista de Medicina e Saúde de Brasília, Brasília, v.7, n.1, p. 52-60, 2018.

VASCONCELOS, Marcia Rodrigues; COSTA, Humberto de Aquino; CARVALHO, Natasha Cristina da Costa; SANTO, Samuel Gonçalves do Espírito; MIRANDA, Thais Natiele Bessa; ARAÚJO, Thatiury Sales. Álcool e outras drogas na perspectiva da política de redução de danos. Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas Gerais, v.3, n.5, p. 36 – 50, 2018.